

Cardoso promete que não enganará o País

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anunciou ontem de manhã a separação das contas do Tesouro Nacional e do Banco Central, que deverá ocorrer gradativamente até o fim do ano. Os dois principais efeitos da medida serão a maior clareza na administração das contas públicas e a redução dos gastos do Tesouro com juros sobre títulos comprados pelo BC. "Seria impossível combater a inflação com a desordem nas contas do Tesouro e do Banco Central", afirmou o assessor especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, perante um auditório lotado por burocratas do ministério e do BC. A dívida em títulos do Tesouro deverá cair 52 bilhões de dólares (52 por cento dos atuais cem bilhões de dólares) e as despesas com juros, 8,6 bilhões de dólares.

Cardoso afirmou que a abertura das contas do tesouro e do BC é mais uma prova de que a equipe econômica "não enganará o País" porque está cumprindo o que foi firmado. Segundo o ministro, este é mais um passo no programa econômico do Governo. Assim, argumenta, fica claro que não será adotado nenhum tipo de choque ou medida unilateral.

Papéis — De acordo com Bacha, o clareamento das relações

entre o Tesouro e o BC vai se dar por meio da abertura das contas do Banco Central e da redução do volume de títulos do Tesouro em poder da autoridade monetária. As contas do BC vão ser detalhadas, de modo que os balanços semestrais e os balancetes mensais, assim como as notas explicativas, possam tornar evidentes as operações em que o Tesouro vende títulos ao BC e recebe remuneração sobre esses papéis. O Governo pretende com isso dar à sociedade instrumentos para impedir que o BC financie o Tesouro, já que esse financiamento é inconstitucional.

A redução dos títulos do Tesouro na carteira do BC será iniciada imediatamente, com o resgate de 9,5 bilhões de dólares em papéis, utilizando-se o lucro transferido pelo BC ao Tesouro no primeiro semestre. No final de novembro, quando for fechado o acordo da dívida externa com os bancos, o Tesouro trocará 42,8 bilhões de dólares em títulos na carteira do BC pelos títulos da dívida renegociada, uma vez que o BC deixará de ser o responsável direto pelo pagamento do débito com os bancos. No momento, o BC se responsabiliza pelos pagamentos, mas mantém em sua carteira títulos do Tesouro relativos

à dívida com os bancos. Ao trocar títulos da dívida interna por títulos da dívida externa, o Tesouro vai diminuir suas despesas com juros de 16 por cento ao ano para apenas cinco por cento ao ano.

Dinheiro falso — Na carteira do BC ficarão 22 bilhões de dólares em títulos do Tesouro com redução de 65 por cento. Esses títulos serão usados pelo BC para regular as taxas de juros e o volume de dinheiro em circulação. Em consequência, o resultado do BC, que tem sido inchado, ficará menor, levando a diminuição das transferências de lucro ao Tesouro. Essas transferências, que Bacha classificou de "dinheiro falso", nem sempre são usadas para a sua finalidade legal, que é o abatimento da dívida do Tesouro junto ao BC.

Outra consequência importante da mudança na carteira de títulos do BC será a diminuição dos recursos criados a partir da remuneração das disponibilidades do Tesouro junto ao BC. O Governo quer inibir o uso desse dinheiro, fruto de correção monetária, em despesas previstas no orçamento. Este ano, o Ministério da Fazenda usou 239 bilhões de dólares desses recursos para o pagamento de pessoal.

ISAAC AMORIM



Cardoso, ao lado de Malan, diz estar cumprindo o que foi firmado

Malan assume e critica os especuladores

O presidente do Banco Central, Pedro Malan, criticou a "baragem de especulações" de alguns setores do mercado financeiro, que elevam as expectativas de inflação e obrigam o BC a subir as taxas de juros. Malan assumiu, ontem, num momento em que o BC elevou as taxas para conter o que chamou de "sobre-excitação da sociedade" em relação a medidas que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anunciaria no discurso do próximo dia 14.

Ao dar as boas vindas a Malan e aos diretores de política monetária, Francisco Pinto e Gustavo Franco, de assuntos internacionais, também empossados ontem, o ministro rebateu essas especulações e afirmou que "não haverá surpresas desagradáveis". Malan reafirmou, em seu discurso, a ausência de "choques, calotes, confiscos e surpresas de fim de semana" nos planos da equipe econômica.

Dólar — A "puxada" nas taxas de juros do overnight foi explicada pelo diretor de política monetária como uma "reação defensiva" do BC às expectativas de alta inflacionária. "É um jogo", disse, "as forças do mercado são maiores" e o BC "fez um ajuste de curto prazo, numa demonstração de que agiremos ativamente para a queda dessas expectativas", disse Francisco Pinto.

Estoques — Malan deixou claro que o Governo continua a não admitir taxas de juros reais (acima da inflação) negativas, pelos efeitos já conhecidos de fomento à inflação, como formação de estoques, estímulos ao consumo e fuga para ativos de risco como o dólar.

Dessa forma, explicou, o Banco Central prosseguirá com esses "ajustes" sempre que necessário, para evitar fuga da poupança interna. Mas ele criticou as "exagerações" dos especuladores, que obrigam o BC a subir as taxas. "É preciso que as pessoas tenham um horizonte menos míope", afirmou. Quanto à possibilidade da elevação das taxas desagradar o presidente Itamar Franco, Malan disse ter certeza de que "não existe divergências" e que está pronto, juntamente com sua equipe, a dar ao Presidente os esclarecimentos necessários.

Orçamento de 94 terá cortes drásticos

Ao admitir hoje que o próprio Governo não quer que a inflação caia, o assessor especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, foi taxativo: para cobrir o déficit de 30 bilhões de dólares esperado para 1994 sem os efeitos da inflação será necessário um drástico corte de despesas no mesmo valor. Entre as despesas a serem cortadas ele incluiu até mesmo os gastos com pessoal, uma vez que praticamente não há previsões de recursos para investimentos. "É uma conclusão cartesiana", disse Bacha, ao anunciar a separação de contas entre Tesouro Nacional e Banco Central. A idéia, informou, é negociar com o Congresso para que o buraco do Orçamento seja eliminado. Com a "caixa-preta" das contas abertas e após a negociação sobre o Orçamento de 1994 e da revisão constitucional, Bacha disse que será o momento então de discutir um programa de estabilização para o País.

Bacha descartou a hipótese de o Governo executar o Orçamento de 1994 com déficit. Caso o Governo não consiga, em negociação com o Congresso, reduzir

despesas e aumentar receitas, o assessor especial adverte que a única saída que o Governo terá será a contenção de recursos na boca do caixa do Tesouro. Além disso, anunciou que o Governo terá que transferir responsabilidades de despesas para os estados e municípios e para o setor privado.

Despesas — Segundo Bacha, o governo só tem conseguido obter superávits ou pequenos déficits em função da inflação. A mágica inflacionária consiste em manter as receitas indexadas (atualizadas pela inflação) e as despesas em seu valor original expresso no Orçamento da União. Essa prática significa, conforme o assessor, que as despesas são suprimidas e não reprimidas. No final das contas, o Tesouro Nacional recebe ainda do Banco Central o rendimento de seus próprios recursos — chamado de remuneração das disponibilidades do Tesouro — que é utilizado para cobrir despesa. Na linguagem orçamentária, os rendimentos do dinheiro do Tesouro são chamados de fonte 188.

No Orçamento do próximo ano

o Governo chegou a prever a utilização de CR\$ 239 bilhões para gastos com custeio da máquina administrativa. Esses recursos estão sendo utilizados também para pagamento dos funcionários públicos. "Enquanto o Governo tiver necessidade de usar este dinheiro a inflação vai existir", afirmou ele ao anunciar as negociações com o Congresso.

Limites — A proposta do Governo para esta negociação, segundo Edmar Bacha, é impedir o uso do rendimento dos recursos do Tesouro. O impedimento seria extensivo ao próprio Governo. A legislação atual não define aplicação específica desses recursos. A idéia, de acordo com o assessor, é limitar o uso dos recursos ao pagamento de dívidas.

Por conta dos efeitos da inflação nas contas públicas, Edmar Bacha afirma que o Governo brincava de Orçamento com o Congresso e não executava nada. No final, ficava todo mundo satisfeito. "A cultura inflacionária tem que ser extirpada porque isso só funciona com inflação e corrupção", define.

Ministro fará um balanço dia 14 sobre o plano PAI

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anunciou ontem, durante a posse de Pedro Malan na presidência do Banco Central que não vai anunciar nada no seu pronunciamento por cadeia de rádio e teve a ser feito no dia 14. Ele afirmou que no seu pronunciamento fará apenas um balanço do que foi realizado até agora. Por isso, argumentou, não há motivo para especular sobre choques.

Cardoso, disse ainda que as dívidas interna e externa do Brasil "são perfeitamente administráveis". Ele afirmou que está "confiante" na renegociação da dívida externa.

De acordo com o ministro Fernando Henrique Cardoso, a situação das dívidas externa e interna não é "de angústia". "O Governo é bom pagador", disse o ministro. Segundo ele, o Governo continuará com a política de redução dos juros e ampliação dos prazos dos títulos públicos.

Sobre a possibilidade de adoção de algum choque econômico,

o ministro disse que não há motivos para especulações e que o Governo não surpreenderá a população com "medidas desagradáveis" que impliquem na mudança de contratos. Mesmo sem citar a dolarização, o ministro fez questão de descartá-la.

O próximo passo agora, segundo o ministro, é a revisão constitucional. Caso sejam aprovadas reformas nas áreas tributária e fiscal, o ministro acredita que o Orçamento de 1994 poderá conseguir um maior equilíbrio. Segundo ele, também é necessário avançar na adoção de políticas não-recessivas porque, apesar da economia mostrar sinais de aquecimento, ainda não está garantindo empregos.

A equipe econômica do Governo está jogando todas as fichas na revisão da Constituição, prevista para iniciar no próximo mês. Segundo o assessor especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, só com mudanças na área fiscal é que inflação será combatida efetivamente.

Principais alterações

- ☐ Abertura das contas do BC nos balanços semestrais e balancetes mensais — detalhamento das operações principais com o Tesouro.
- ☐ Publicação mensal, e não mais semestral, da demonstração do resultado do BC.
- ☐ Publicação mensal das contas de relacionamento e fluxos financeiros do BC com o Tesouro.
- ☐ Publicação semestral, antes não realizada, dos balanços e resultados dos fundos e programas administrados pelo BC.
- ☐ Publicação de notas explicativas nos balanços, detalhando as operações mais relevantes do BC.
- ☐ Resgate de cerca de 9,5 bilhões de dólares de títulos do Tesouro na carteira do BC no primeiro semestre de 1993.
- ☐ Troca de 42,8 bilhões de dólares de títulos do Tesouro na carteira do BC por títulos da dívida renegociada com os bancos credores internacionais.
- ☐ Troca dos títulos remanescentes na carteira do BC (22 bilhões de dólares) por títulos adequados à execução da política monetária.